

PROTOCOLOS DE REABERTURA EM SALVADOR E DIREITO À CIDADE: CIDADE PRODUTO, ESPAÇOS CULTURAIS E ÉTICA DA PROXIMIDADE

Gustavo Falabella Rocha¹
Isabela Fernanda Azevedo Silveira²

Resumo: No processo de retomada da vida social, em tempos de pandemia do novo coronavírus, o poder público municipal de Salvador, baseado nas ocupações de seus leitos hospitalares e de suas unidades de tratamento intensivas (UTI), estabeleceu protocolos de reabertura das atividades comerciais e de serviços em três fases distintas. Os protocolos, conforme discutiremos, demonstram uma projeção de cidade produto, calcada no consumo individual e não no direito à cidade, como teoriza Henri Lefebvre. Além disso, esses protocolos se mostram ineficientes no atendimento aos espaços culturais alternativos da cidade e suas especificidades. Sem a possibilidade de encontrar o público presencialmente, destacamos a prática da Casa Preta e o Acervo da Laje, dois espaços culturais em Salvador, que investem em aproximações virtuais com os espectadores. Por fim, argumentamos que a vocação pública desses espaços fica evidenciada por uma ética da proximidade.

Palavras-chave: Cidade produto. Covid-19. Protocolos de reabertura. Ética da proximidade.

INTRODUÇÃO: RETÓRICA AMBULANTE

Caminhantes são praticantes ordinários da cidade. Praticam suas enunciações pedestres. Para Michel de Certeau (1995), diferentemente da cidade conceito, é dentro do mapa, na escala 1x1, que se vive em uma cidade – especialmente em uma cidade grande, atravessada por fluxos heterogêneos e suas complexidades. O mapa, os planos urbanos, as sinalizações das ruas e as calçadas são planejadas para docilizar a população e lhe dar parâmetros. “A atopia-utopia do saber ótico leva consigo há muito tempo o projeto de superar e articular as contradições nascidas da aglomeração urbana” (CERTEAU, 1995, p. 172); ele pontua que os caminhantes são responsáveis por atualizar os mapas, pois suas astúcias criativas são capazes de não fixar rotas, fabular caminhos, propor subversões ao esquema urbano.

Há, nessas práticas, uma grande capacidade criativa de fabulação da cidade como território simbólico. Ao nos aproximarmos de Salvador, observando as práticas culturais em geral – particularmente da Casa Preta e do Acervo da Laje, que abordamos

¹ Formado em Jornalismo, é artista de teatro e integra a Zona de Arte da Periferia (ZAP 18), de Belo Horizonte, desde 2002. Fez mestrado na Escola de Belas, da UFMG Doutoranda do Programa de Pós-graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da UFBA. E-mail: phdbygus@gmail.com

² Atriz, gestora e pesquisadora de relações sociais e históricas das infâncias. Doutoranda do Programa de Pós-graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da UFBA. isabela.silveira@gmail.com

mais diretamente ao longo deste texto –, é impossível não destacarmos as questões sociais presentes em uma cidade tão historicamente desigual. Se a gesta ambulatória, o simples caminhar pela cidade, não deve ignorar tal contexto, para praticar a Salvador fora dos mapas se faz necessário habitar também uma porção invisibilizada da cidade.

Se a práticas dos pés no chão fora dos roteiros consagrados de Salvador já é, em condições normais, um desafio, como ficam essas práticas em uma cidade atingida por uma pandemia, como esta que vivemos desde 2020, tanto no Brasil como em grande parte do mundo? Propomos discutir noções de cidade e suas práticas, agravadas pelo contexto da pandemia do novo coronavírus, tomando os protocolos de reabertura de Salvador como base para problematizar as prioridades elencadas pelo poder público na gestão da pandemia e na condução da retomada da vida social na cidade, buscando analisar os motivos que levam algumas atividades a voltarem antes que outras.

Por que os shoppings voltam a funcionar antes de parques ou praias? O que leva uma gestão a criar protocolos específicos para *drive-ins* antes mesmo de discussões com gestores de espaços e centros culturais? Ainda: o que se depreende, ao acompanhar as conduções da gestão local, como sendo constitutivo do setor cultural de uma cidade reconhecida por sua produção artística e simbólica? Essas são algumas perguntas que orientam nossa escrita, conduzindo-nos por reflexões prementes que surgem a partir dos documentos de ordenamento da ordem pública local em contexto de pandemia, aqui lidos pela lente do direito à cidade e das políticas culturais.

No caso em análise, o direito à cidade se coloca como um direito parcial à cidade – não apenas pelas restrições de interação social impostas pelo contágio e transmissão do vírus, mas também por entendimentos parciais do que seria essencial para a prática cidadã, calcada no comum. Inspirados por Certeau (1995), pensamos na prática dos pés no chão pela cidade³ – metodologia comprometida pelo isolamento social, mas que não significa que a cidade não esteja lá. Aliás, em novembro de 2020, Salvador tenta se aproximar da normalidade,⁴ e veremos que os protocolos de reabertura apontam para a

³ Poderíamos chamar também de “flanâncias”, deambulações ou derivas, inspirados por Jacques (2014), ou mesmo de “devir-nômade”, que aparece em Deleuze e Guattari (1997).

⁴ Mesmo com ocupação de leitos de Covid-19 em 62%, o prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães (ACM) Neto, declarou em entrevista coletiva, no dia 23 de novembro, que a cidade não voltará às restrições impostas nos primeiros meses de isolamento social com proibição de funcionamento de suas atividades. (COELHO; LUIZ, 2020)

tentativa de retomada de várias atividades. A contrapelo dessa aparente normalidade para os setores culturais, trazemos, como estudo de caso, as práticas de dois espaços culturais: a Casa Preta e o Acervo da Laje. Discutimos o fechamento desses espaços e o que isso acarreta às relações já estabelecidas com seu público/vizinhança, problematizando impedimentos que ultrapassam os simples protocolos e apontam para um *ethos* que considera o ecossistema cultural em que se inserem. Para discutir como esses espaços estão lidando com seu público, convocamos Emmanuel Lévinas, Jacques Derrida e Isabel Baptista para formular uma ideia de ética da proximidade.

CIDADE PRODUTO

Em seu canônico *O direito à cidade*, Lefebvre (2001) distingue **cidade obra de cidade produto**, essa última servindo como provocação para analisar os protocolos de reabertura da cidade de Salvador nestes tempos de pandemia do novo coronavírus. Para o pensador francês, a cidade obra é pensada e construída como marca do poder aristocrático da nobreza. No caso, Lefebvre analisa a Europa (principalmente Paris) antes da Revolução Francesa de 1789. A cidade obra é a cidade das construções imponentes, dos grandes palácios, salões, orquestras, teatros e museus. A cidade produto, por outro lado, é a cidade dos novos burgueses, da pós-revolução, marcada por um sentido bastante prático na sua rotina e, principalmente, uma cidade a que se atribui – nos termos marxistas recorrentes na obra de Lefebvre – valor de troca. Por antítese, a cidade obra é aquela do valor de uso.

Em nossa pesquisa, é fundamental pensar Lefebvre e suas noções de cidade à luz dos tempos vividos localmente em 2020. Em Certeau (1994), vemos que o espaço é uma construção histórica temporal – portanto, ele se altera e se modifica ao longo do tempo. Pensando assim, os pensamentos lefebvrianos dialogam com a capital da Bahia quando percebemos nela a presença da cidade obra: a Salvador do Império, primeira capital do Brasil, com seus prédios imponentes, igrejas, casarios tradicionais concentrados no centro da cidade e em seu entorno; e a cidade produto: sobretudo dirigindo-se ao norte da península, seguindo a linha do metrô acompanhando a profusão de novos bairros, condomínios, centros comerciais e shopping centers.

Em Salvador, desde julho de 2020, com o aparente controle das taxas de transmissão e da ocupação de leitos hospitalares, protocolos de reabertura foram elaborados e publicados pelo poder público municipal. A retomada das atividades foi dividida em três fases, a ocupação dos leitos nos hospitais servindo para balizar esses protocolos, como explicitado a seguir:

Quadro 1 – Fases da retomada das atividades em Salvador

FASE 1 Início em 24/07/20	Ocupação de <u>UTIs</u> e leitos hospitalares por Covid-19 abaixo de 75%	Shoppings e centros comerciais; templos e igrejas; açougues e padarias; clínicas de estética e odontológicas; lavanderias; lojas de materiais elétricos e ferragens; concessionárias de automóveis; serviço de arquitetura e decoração; obras e intervenções em imóveis habitados; óticas; drive-in.
FASE 2 Início em 08/08/20	Ocupação de <u>UTIs</u> e leitos hospitalares por Covid-19 abaixo de 70%	Centros culturais, museus e galerias de arte; barbearias e salões de beleza; academias de ginástica e similares; lanchonetes, bares e restaurantes;
FASE 3 Início em 31/08/20	Ocupação de <u>UTIs</u> e leitos hospitalares por Covid-19 abaixo de 60%	Teatros; cinemas; circos; convenções;

Fonte: BAHIA, 2020^a, 2020^b

Como já mencionado, se uma das possibilidades de convívio social mais “seguras”, segundo especialistas (ALVES, 2020), se dá em espaços abertos, causa estranheza que espaços públicos de convivência não fossem liberados para seus frequentadores quando áreas fechadas (total ou parcialmente) já poderiam a funcionar. Ainda que com capacidade reduzida e protocolos de higienização definidos, reiteradas afirmações de cientistas atestam que “o risco de pegar Covid-19 em ambientes fechados pode ser quase vinte vezes maior do que ao ar livre”. (SALAS, 2020) Justificando-se pela facilidade de controle de acesso a ambientes privados e fechados, as autoridades seguiram permitindo a reabertura de locais que, se observados pelo aspecto epidemiológico da pandemia, deveriam ser alvo de maior controle, na contramão do que indicam as pesquisas – “fecham parques, abrem bares”. (SALAS, 2020)

Ao observar os protocolos locais, se faz necessário indagar: por que parques – como o Parque da Cidade – sequer constaram nos protocolos de reabertura da prefeitura de Salvador? Da mesma maneira, por que as praias centrais (Porto da Barra, Farol da Barra e região) não são citadas nessa retomada? Soma-se a isso outras praias que possuíam protocolos com dias e horários pouco viáveis para trabalhadores; então para que tipo de prática de cidade essas determinações da gestão apontam?

É fato que esses protocolos não constituem tão somente uma peça de gestão burocrática da cidade ou uma neutra condução administrativa de uma crise sanitária. Por sua lógica de reabertura, a gestão municipal revela uma visão que assume o espaço comum como algo reservado ao consumo de bens, com privilégio aos ambientes fechados e de caráter privado. Inscreve-se também na lógica de reabertura e detalhamento dos protocolos um notável recorte no atendimento às demandas de uma população adulta jovem⁵ e economicamente ativa, com ênfase no transporte individual, excluindo práticas tradicionais e referendadas na vida coletiva da cidade. Parece-nos que os protocolos de reabertura confirmam nossa suspeita de consolidação da cidade produto, conforme nos fala Lefebvre. Existem outros paradoxos nos protocolos, assumimos o binômio shopping *versus* praias/parques para tornar evidente o projeto de cidade calcada no consumo e na segregação, um exemplo contumaz de cidade produto.

De saída, é importante destacar que os protocolos sinalizam a pressão de setores organizados da sociedade, que são, pois, contemplados nas três fases de reabertura. É o caso dos lojistas dos shoppings que pressionam o poder público para retomada de suas atividades por uma questão econômica; dessa forma, os protocolos e suas aplicações se distanciam de uma visada científica responsável, já que permitem o acesso a espaços com maior potencial de transmissão do vírus. A saúde entra na equação em segundo plano, a partir de uma lógica orientada pela capacidade do sistema de saúde assimilar novas pessoas infectadas, na medida em que a redução de taxas de ocupação de leitos clínicos e de UTI se traduzem em novas autorizações de atividades, gerando mais circulação e contato entre cidadãos da cidade.

Mas por quê, então, parques e praias não estão nos protocolos? Arriscamos dizer que por se tratarem de lazeres gratuitos e, portanto, não contarem com o poder de barganha e pressão que lojistas têm sobre a gestão. No caso das praias, é especialmente sensível o efeito de tais vetos, dado que boa parte dos trabalhadores que circulam pelo calçadão e pelas areias são informais e, apesar da importância dos serviços que prestam, tiveram suas atividades invisibilizadas em um momento forte crise econômica.

⁵ Inúmeros protocolos vetam expressamente a utilização de parquinhos, espaços *kids*, brinquedotecas e demais instrumentos de lazer e socialização infantil, mesmo em locais que estejam próximos da normalização de seus funcionamentos – como restaurantes e shoppings.

Em paralelo à condução ampla e hegemônica das condutas de convivência na cidade de Salvador, podemos identificar diversos espaços e iniciativas populares que constituíram uma outra narrativa acerca de um ecossistema cultural composto por inúmeros e diversos agentes. Dentre eles, elegemos dois espaços culturais que precisaram, como tantos, se adaptar aos novos tempos de isolamento social em virtude da pandemia. Os protocolos de retomada das atividades de tais espaços impõem desafios na medida em que a natureza da recepção de público é, sumariamente, a aglomeração. Veremos que os protocolos não são suficientes ou não dão conta da especificidade de tais espaços, mas que outros vetores de força se apresentam para condução de suas práticas durante a pandemia.

ANDANÇAS: ACERVO DA LAJE⁶

O Acervo da Laje é fruto da pesquisa do casal Vilma e José Eduardo Santos, ambos moradores de São João do Cabrito, que, desde 2010, se propõem a cuidar da memória daquele pedaço da cidade por meio de rastros de outros tempos e de outros contextos históricos que marcaram a trajetória de ambos e também de seus vizinhos. A partir do Subúrbio Ferroviário, os dois gestores miram nos movimentos dessa cidade em constante transformação, marcada por processos de urbanização que alteraram sensivelmente as lógicas e fluxos históricos daquela região.

Há mais de dez anos, a missão de vida de José Eduardo, passou a ser recolher, catalogar e organizar um grande acervo de rastros do subúrbio ferroviário. A casa onde ele morava se transformou na Casa I do Acervo. José Eduardo ocupou o último andar, a Laje, com os artefatos encontrados em suas andanças. Para as pessoas acostumadas com as tradicionais galerias de arte, a Casa I é um tanto quanto *sui generis*. São artigos demais, em um espaço exíguo, pouco ventilado, com uma variedade imprevista de objetos, muitos deles encontrados nas deambulações pelo subúrbio e suas memórias perdidas. Atualmente, o Acervo conta com mais de 4 mil itens.

“É uma curadoria do assombro”, define José Eduardo. “Curadoria é o que a obra diz, não sua narrativa sobre a obra. Vamos pegar a materialidade porque ela educa” (José Eduardo, informação verbal, 2019). José Eduardo acredita na permanência do

⁶ Para saber mais: <https://acervodalaje.com.br/>.

trabalho do Acervo, sobretudo por sua importância na formação do olhar estético dos mais jovens para que cresçam acostumados com a beleza e a fruição estética em seu próprio território – isso envolve a busca por artistas do subúrbio de Salvador que não têm seus trabalhos em galerias de arte.

Se a Casa I do Acervo foi invadida pelos artefatos, a Casa II já é fruto de planejamento mais meticuloso. Há obras espalhadas por seus dois pavimentos, mas o que mais chama a atenção é o espaço livre com cadeiras, cozinha e varanda para serem ocupados. A Casa II segue a lógica de exposição, mas também roga por um tempo mais lento e contemplativo, sugerindo um ambiente doméstico, familiar e aconchegante. É a partir dessa subversão de expectativas que surge a tríade casa-museu-escola, que se equilibra entre o cotidiano, a beleza e o aprendizado; a fruição estética, a memória do subúrbio e o legado para as gerações futuras. Essa assimilação de tempos e espaços localiza devidamente o Acervo naquele ecossistema cultural e comunitário, conquistando crescente interesse de moradores locais, agentes culturais e pesquisadores.

É comum o Acervo receber visitantes de diferentes realidades sócio-culturais criando uma sociabilidade mediada pelo lugar que seria difícil de ocorrer em outras situações cotidianas. Outro nó importante da prática do Acervo é proporcionar aos visitantes o contato com um contexto social de “outra” Salvador – de preferência, se perdendo pelas ruas e vielas de São João do Cabrito; um movimento de orientar-desorientar-reorientar, como nos fala Jacques (2014).

Desde março de 2020, as atividades do Acervo, contudo, estão interrompidas. De acordo com os protocolos de reabertura, o Acervo da Laje se enquadraria como “centros culturais, museus e galeria de arte”, fazendo parte da fase 2 do processo de reabertura. As obrigações específicas para essa atividade preveem ingressos on-line; aferição da temperatura dos visitantes; uso de máscaras e tapetes higienizadores na entrada. É permitido trabalhar com apenas 30% da sua capacidade, as visitas devem durar no máximo 60 minutos e a distância de 1,5 metro entre os visitantes deve ser respeitada. Recomenda-se a abertura de portas e janelas para circulação de ar e, no caso de ambientes fechados, que o sistema de ar fique no modo ventilação. Sofás, poltronas, bancos e cadeiras devem ficar isolados, sem uso do público. O espaço deve ser todo higienizado antes e depois do seu funcionamento.

Fica difícil imaginar um espaço com a vocação para encontros prolongados restringir suas atividades a visitas de uma hora apenas. Pode se dizer o mesmo quanto à distância do público, as cadeiras isoladas e o papo (impossibilitado) sobre as obras – não apenas no que tange à simbologia dessas mudanças; o sentido de existência do espaço em si estaria em xeque ao assumir os protocolos da prefeitura como aplicáveis ao Acervo, que opta, assim, por permanecer de portas cerradas. No final de 2020, com um auxílio vindo do Goethe-Institut, o espaço passa por reformas nas Casas I e II. As primeiras obras recolhidas do Acervo estão em processo de digitalização e algumas já estão disponíveis nos canais virtuais do espaço. A previsão era de reabertura em janeiro de 2021, mas foi adiada. Desde o fechamento, o Acervo da Laje está mais ativo nas redes sociais, com postagens de suas obras e atividades já ocorridas. Também recorreu às *lives* com outros artistas e pensadores da cultura. Mais adiante, voltaremos às medidas adotadas pelo Acervo em tempos de Covid-19.

CASA PRETA⁷

Situada no bairro Dois de Julho, a Casa Preta é inaugurada em 2010 com o espetáculo “Fragmentos de um só”, do Núcleo VAGAPARA. O coletivo ocupava, desde 2009, os cômodos da casa com ensaios e ações artísticas, mas é com uma montagem cênica passeando pelos diferentes ambientes da residência que o grupo a apresenta como espaço cultural. Com o passar dos anos, outros artistas habitaram a Casa e contribuíram para seu enraizamento no bairro e para melhorias em sua estrutura; trata-se de um casarão antigo do centro da cidade, antes fechado por décadas. Luiz Guimarães (Luizinho), integra o Aldeia Teatro, que chegou à Casa Preta porque ele – de ascendência indígena – buscava um espaço a céu aberto e terra batida onde ele pudesse cultivar e invocar sua ancestralidade. Segundo o artista, o Dois de Julho tornou-se morada perfeita porque o bairro leva o nome da Independência Baiana, ocorrida em 2 de julho 1823 e celebra a figura do Caboclo – mistura dos povos indígena e negro.

Também fechada desde março, a Casa passou por reformas durante o ano de 2020. O primeiro andar, ocupado pelo Vilavox de Gordo Neto, se tornaria um vão livre para receber propostas cênicas dispostas em espaços mais amplos. Homenageando uma

⁷ Para saber mais: <https://casapreta.art.br>

importante artista da região do 2 de Julho, a sala tem o nome de Ivana Chastinet. Sem a presença física, a alternativa está nas estratégias de captar o ambiente sinestésico das artes da presença e traduzi-lo para formatos audiovisuais. Foi preciso arriscar formatos digitais inéditos – produzir conteúdo audiovisual sem as expertises técnicas, sem prática em roteiro, edição, locação e todo um novo mundo que precisava ser absorvido e dominado (ou quase) rapidamente.

Pela sua multiplicidade, a Casa Preta poderia entrar nas fases 2 ou 3 dos protocolos de reabertura. A fase 3, com abertura parcial dos espaços, se deu a partir de 31 de agosto de 2020, quando os leitos hospitalares e UTIs registraram menos de 60% de sua ocupação. Essa fase prevê que os teatros funcionem sem restrição de horário, mas é obrigatório o uso de máscaras; aferição de temperatura e higienização das mãos do público e os ingressos devem ser checados visualmente, por meio de instrumentos de leitura óptica (como leitores de QR Code), por exemplo. Para cada assento ocupado na plateia, dois de distância devem ser isolados. Assim, os teatros só podem ter um terço de seu público. Há ainda uma série de recomendações a respeito da higienização de cenários, camarins, assentos antes e depois de cada sessão.

Luizinho destaca que os espaços culturais alternativos já trabalham com públicos reduzidos em condições normais. Segundo ele, não valeria a pena para receber um público ainda menor do que de hábito. Foi mais palpável pensar no funcionamento virtual da Casa, com espetáculos e shows que comportassem no máximo quatro pessoas em cena, mantendo a distância social. Assim, surgem as *lives* de música, chamadas *A Real da Life/Live*, com uma estrutura técnica que foi paulatinamente sendo aprimorada a cada nova tentativa. Gordo Neto explica que os ocupantes da Casa foram curadores da primeira leva de apresentações transmitidas via *streaming*, que estimulava doações em dinheiro do público. Ao todo, dez shows entre agosto e outubro, sendo oito para o público adulto e dois para as crianças. Quando reabrirem as portas, os integrantes da Casa consideram aliar o público presencial ao público do *streaming*.

Luizinho pontua que a Casa sempre funcionou de maneira segmentada, com cada coletivo se responsabilizando pelo espaço que lhe cabe. Assim, a produção e execução técnica da *Real da Life/Live* tornou-se esse afinamento de funcionamento, de

relação entre as iniciativas que ocupam a Casa. Mesmo em tempos tão ímpares, a Casa Preta tem um posicionamento forte e frutífero.

ÉTICA DA PROXIMIDADE

A Casa Preta e o Acervo da Laje são espaços privados que se propõem a usos compartilhados, e ambos conseguem acessar recursos públicos para executar seus projetos. Os espaços têm uma vocação de abertura para suas comunidades, executam projetos de interesse coletivo e, portanto, podem ser entendidos como espaços de natureza pública. Foi justamente a característica pública dos dois espaços que se desdobrou em uma acolhida inequívoca dos protocolos de fechamento assim que o status de pandemia foi declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em relação ao Sars-Cov-2. A vocação de uso compartilhado prezando pelo bem comum das comunidades, de seus frequentadores e do universo simbólico que a Casa Preta e o Acervo da Laje evocam parte de uma premissa ética, que antecede os impactos gerados pelo fechamento desses espaços.

Não podemos desconsiderar os aportes financeiros de editais específicos para o setor cultural – com absoluto destaque para um investimento sem precedentes de recursos financeiros por meio da Lei Federal nº 14.017, a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, de 29 de junho de 2020. Mas para refletirmos sobre o posicionamento assumido pelos espaços e equipamentos culturais, precisamos compreender a territorialidade implicada nas práticas desses gestores: sem virar as costas para o público e a história de suas iniciativas, os agentes culturais locais causam uma fissura no tratamento produtivista dado pela gestão municipal ao apresentar seus protocolos de retomada das atividades da cidade.

Dada a relação que constituem com seus frequentadores que não são meros consumidores – seja de uma padaria ou de uma barbearia –, é possível especular que a decisão do fechamento seria mais fácil uma vez que os espaços não vivem de seus ingressos vendidos. Como já dito anteriormente, são lugares da cultura da cidade que acessam as verbas públicas disponíveis em editais em nível municipal, estadual e federal. Tal assertiva seria, no entanto, uma redução simplória que ignoraria os processos de troca, de fabulação, de impacto estético na vida de algumas dessas pessoas

que assumem tais lugares como parte de sua rotina. Uma relação de mão dupla, de fruição cultural enraizada capaz de criar poéticas específicas de cada lugar, endógenas e encarnadas.

O filósofo Emmanuel Lévinas (1992 apud Batista, 2005, p. 13) pensa nas relações humanas que se fundam em um movimento de hospitalidade entre os mundos internos das subjetividades. Ele nos diz que o movimento mais corriqueiro é que a vida interna subjetiva permita ao sujeito fazer suas escolhas em relação ao mundo externo. Ele irá chamar de aventura ontológica esse lançar-se no mundo do sujeito, como Ulisses retornando a Ítaca, na *Odisseia* de Homero. O homem sai de sua casa/sua interioridade para habitar o mundo; entretanto, como seres sociáveis, as pessoas vão em direção ao outro e ocorre uma inversão da lógica. Assim, as subjetividades se adentram em outrem. Se a aventura ontológica é um movimento do sujeito de dentro de seu mundo para fora, o encontro com outrem é o movimento de abertura para entrada dessa subjetividade em sua intimidade.

Ao discutir a hospitalidade, Baptista (2005) aproxima Lévinas com Jacques Derrida (1997 apud Batista, 2005, p.13). O filósofo francês chama de **hospitalidade ética** o movimento em direção ao outro, em direção ao novo feito de maneira não apegada. Uma visada social solidária calcada na diferença e nas possibilidades desinteressadas do encontro. Abrir-se significa colocar-se em uma área de instabilidade, em que a presença do outro torna-se imprevisível. Porém, Baptista (2005) alerta-nos que a aventura em direção ao outro não deva suscitar uma apologia gratuita ao risco pelo risco. Para ela, hospitalidade – como um valor ético – é a casa aberta, exposta a outrem, em uma ligação sem interesse ou valor econômico. A abertura da casa em direção ao outro é um movimento de reciprocidade, pois aquele que acolhe também é acolhido, com a hospitalidade oferecida por ele próprio.

A ética, porquanto, também aparece na obra de Lévinas (1992) para falar de uma **proximidade ética**, que apresenta muitos pontos de contato com aquilo que Derrida entende por **hospitalidade ética**. Alinhavando as ideias dos dois filósofos, Baptista destaca:

A ligação entre o sentido levinasiano de proximidade ética e a problematização feita por Derrida em torno do conceito de hospitalidade permite-nos pensar as práticas sociais a partir da valorização dos lugares de contato, de interação, de encontro, de

mediação e de relação interpessoal. Esses são, por definição, lugares de incerteza e de risco, mas também, e por isso mesmo, lugares de oportunidade para uma relação fecunda com o tempo. (BAPTISTA, 2005, p. 12)

Trazendo a discussão proposta por Baptista para perto dos espaços que nos interessam, é curioso pensar em lugares de contato em tempos de pandemia e isolamento social. A Casa Preta e o Acervo da Laje são exatamente isso que a autora descreve – porém, com os riscos à saúde e à vida, ambos os espaços decidiram por privar-se da presença do público, seu bem mais valioso. Considerando as ideias de Lévinas e Derrida e, principalmente, a aproximação entre eles proposta por Baptista, iremos tratar como **ética da proximidade** o movimento de aproximação dos espaços para manterem as regras de distanciamento social e não perderem os pontos de contato com seu público e novos públicos em potencial.

Limitados pelos protocolos de retomada e pela pandemia em si, com pouca ou quase nenhuma experiência nos formatos digitais e audiovisuais, os artistas da Casa Preta e os gestores do Acervo da Laje perceberam a importância de investir em suas redes sociais e disponibilizar material para seu público. Uma forma de manter a relação de proximidade com seus frequentadores e pensar que o conteúdo digital poderia ser uma janela para novos públicos que não moram na cidade e/ou não conhecem os espaços.

No caso do Acervo da Laje, a relação com a vizinhança de São João se fortaleceu com a distribuição de cestas básicas e produtos de higiene e prevenção contra a Covid-19, que foram doados por diferentes instituições. José Eduardo demonstra intimismo quando fala das relações de proximidade estabelecidas pela solidariedade e interesse pelo lugar de fala do outro. Segundo ele, isso ajuda a pensar em um futuro menos formal para os espaços de arte. “São relações de pertença das pessoas com as instituições. Vai chegar o momento que a gente não precise de grandes estruturas, mas sim de estruturas comunitárias que deem conta dessa dimensão do afeto, da memória, da solidariedade”, projeta ele. (Informação verbal, 2020) O momento adverso tem possibilitado a reflexão sobre as relações do Acervo com seu público e o porvir. “A gente pensava que haveria um isolamento, um não-encontro, mas as pessoas estão tendo

a criatividade de elaborar novas formas de encontro, através das redes sociais. Isso tem sido muito bonito”, relata José Eduardo. (Informação verbal, 2020)

No caso da Casa Preta, cabe destacar o nome dado por essa série de transmissões ao vivo feitas da Casa Preta: *A Real da Life/Live*. O díptico, em inglês, cria um dispositivo interativo entre vida real e vida mediada. Convém, também, destacar o paradoxo ao que os artistas da cena estão submetidos, já que seus trabalhos são chamados de artes da presença e, agora, precisam explorar essa presença midiaticizada – a presença da ausência. Esses dois pontos convergem para a ideia de proximidade que nos traz Baptista (2005), entendendo que a aproximação não é apenas física, mas, também, de um campo permeável limiar e simbólico que pode se dar na distância, nas interatividades virtuais. Ela nos diz que não é possível entender a proximidade apenas como a distância física (intervalo) entre dois pontos, como costuma fazer a geometria ou a física. A proximidade, nos termos que ela pensa – e nos interessa – é um não-lugar, zona de trânsito. Ela pode até significar contiguidade, mas é principalmente movimento e inquietude, esforço contínuo de aproximação do outro. No caso, conforme argumentamos aqui, a falta de proximidade física se dá por uma escolha ética dos espaços, preocupados em não expor seu público ao risco de contaminação. A alternativa se torna, assim, investir em formatos à distância, mediados pela tecnologia.

Sem perder de vista sua inserção em um ecossistema cultural complexo, esses dois espaços em particular, assim como outros exemplos que poderíamos eleger, borram fronteiras entre público e privado, estendendo a terceiros que compõem seu público cuidados similares para preservação da saúde e afirmação da *life/live* que assumiram para si mesmos.

CONCLUSÃO

Ao analisar os protocolos de retomada de atividades na cidade de Salvador, tendemos a pensar que algumas atividades e suas peculiaridades são ignoradas e/ou consideradas menos importantes pelo poder público municipal. Analisando aspectos de saúde, economia e direitos de cidadania, argumentamos que o modelo de cidade projetado pelo poder público e setores organizados da cidade caminha para uma lógica privatista, individualizada e segregacionista. Pensando conjuntamente com Lefebvre

(2001), destacamos a construção de uma lógica de cidade produto calcada no consumo, e não no direito à cidade. No caso dos espaços culturais, colocamos em questão o conhecimento dos gestores públicos a respeito das realidades cotidianas de funcionamento e relação de tais espaços com seu público. Algumas regras estabelecidas pelos protocolos, como vimos especialmente no caso da Casa Preta, praticamente inviabilizam sua abertura. Por outro lado, talvez mereça mais destaque a reação dos gestores e artistas a esses protocolos que não colaboram ou não entendem a natureza de suas atividades. A astúcia criativa de Certeau (1995), é ferramenta para continuar o trabalho e não perder a conexão com o público frequentador de tais espaços. Como vimos aqui, a Casa Preta desenvolveu sua capacidade para produzir e realizar o *streaming* de suas atividades a ponto de considerar essa uma opção viável para o futuro. O Acervo da Laje fecha suas portas, mas assume outras funções importantes em São João do Cabrito. Nesse caso, há um entendimento da importância de “permanecer no mundo da vida”, de que fala José Eduardo.

Em função disso, destacamos o compromisso ético de tais espaços com o momento delicado pelo qual passamos em virtude da pandemia do novo Coronavírus. Chamamos de **ética da proximidade** a iniciativa de não abrir as portas em meio ao isolamento social, buscando outras formas de acessar o público dos espaços e também novos públicos. A Casa Preta e o Acervo da Laje optam por manter as portas fechadas, aceitar os tempos difíceis como lição para pensar o futuro e sua relação com seu público.

A ética da proximidade, como entendemos aqui, se dá justamente nesse aceno de preservação do outro em primeiro lugar. Os exemplos que trazemos aqui servem de microcosmo para pensar na atitude política engajada de vários artistas e espaços que desenvolvem seus trabalhos com tal vocação pública em várias situações – exercendo o papel do Estado de dar acesso à cultura para populações periféricas, como é o caso do Acervo da Laje, em São João do Cabrito, subúrbio ferroviário da capital baiana; ou de ir na contramão no processo de abandono e sucateamento que ocorre no centro de Salvador, como ocorre com a Casa Preta, no Dois de Julho. A vocação pública do trabalho dos gestores e artistas nesses espaços passam necessariamente por uma aplicação radical da ética da proximidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. **Risco de contaminar-se ao ar livre é quase zero, mas cuidado deve continuar.** *Viva Bem*, São Paulo, 19 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/35TmETm>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BAHIA. Prefeitura Municipal do Salvador. **Protocolos geral e específicos.** *Informe Salvador*, Salvador, 1 jun. 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3p0DRC6>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BAHIA. Prefeitura Municipal do Salvador. Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo. **Protocolos geral e específico.** *Sedur*, Salvador, 4 jun. 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3sEGWtJ>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BAPTISTA, I. **Para uma geografia de proximidade humana.** *Revista Hospitalidade*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 11-22, 2005.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano.** Petropolis: Vozes, 1995.

COELHO, J.; LUIZ, B. **Prefeitura descarta novas restrições em Salvador após alta na ocupação de leitos.** *Bahia Notícias*, Salvador, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/35WMLJb>. Acesso em: 19 jan. 2021.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Editora 34, 1997. v. 5/2.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEVINAS, E. **Totalité et Infini.** Paris: Kluwer Academic, 1992

JACQUES, P. B. **Elogio aos errantes.** Salvador: EDUFBA, 2014.

SALAS, J. **Cientistas alertam sobre evidências “avassaladoras” de transmissão de Coronavírus por via aérea.** *El País*, Madrid, 5 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3sIfhIy>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SALVADOR, Prefeitura Municipal de. **Boletim informativo COVID-19 - Enfrentamento da situação de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus (COVID-19).** Disponível em: <http://www.transparencia.salvador.ba.gov.br/documentacao/covid19/AcoesDeControle/BoletimInformativoCOVID19.pdf> Acesso em 10 de dez. de 2020

SALVADOR, Prefeitura Municipal de. **Plano de Ação para Combate ao Coronavírus/COVID-19.** Disponível em: <http://www.saude.salvador.ba.gov.br/covid/planos-de-acao-2/> Acesso em 10 de dez. de 2020

SALVADOR, Prefeitura Municipal de. **Decreto nº 32.610/2020, de 23 de julho de 2020 – Autoriza a implementação da Fase 1 da reabertura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à pandemia causada pelo novo coronavírus na forma que indica.** Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/category/legislacoes/covid-19/> Acesso em 10 de dez. de 2020